

ARTIGO

FALANDO EM FORMAÇÃO DOCENTE: PERFIL DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURAS EM MINAS GERAIS¹

THAIS CRISTINA FIGUEIREDO REGO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3076-002X>

<thaiscfrego@gmail.com>

FABIANE SANTANA PREVITALI¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8079-5557>

<fabiane.previtali@gmail.com>

¹Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais (MG), Brasil.

RESUMO: O INEP realiza anualmente um censo que possibilita traçar um panorama do Ensino Superior no Brasil. Propõe-se identificar o perfil das/dos ingressantes nos cursos de licenciatura em Minas Gerais por meio de um estudo quali-quantitativo e documental que analisou os microdados do Censo da Educação Superior entre 2011 e 2021. Constatou-se que somente uma minoria dos ingressantes em cursos de graduação encontra-se nas licenciaturas. Os licenciandos, são, na maioria, oriundos da rede pública, estão na EAD, na rede particular e no turno noturno. O ingresso por meio de reserva de vagas, se dá, na maior parte, pela prerrogativa de serem de escolas públicas; declaram-se na sua maioria como pardos; do sexo feminino e com idade entre 18 e 24 anos.

Palavras-chave: Censo da educação superior, ingressantes, licenciatura, educação básica, Minas Gerais.

SPEAKING OF TEACHER EDUCATION: PROFILE OF STUDENTS IN TEACHING COURSES IN MINAS GERAIS

ABSTRACT: The INEP annually leads a census that makes it possible to establish an overview of Higher Education in Brazil. It's intended to identify the profile of newcomers in teaching courses through a qualitative-quantitative and documentary study that has analyzed micro data from the Higher Education Census between 2011 and 2021. It's been noticed that only a minority of newcomers are enrolled in teaching courses. The majority of them come from public schools and are attending online classes, in private institutions, and night schools. The admissions through reserved slots are mostly based on the

¹ Artigo publicado com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/Brasil para os serviços de edição, diagramação e conversão de XML.

criteria of being from public schools, self-identified as mixed-race, female, and aged between 18 and 24 years.

Keywords: Higher Education Census, Newcomers, Teaching courses, Minas Gerais.

HABLANDO DE FORMACIÓN DOCENTE: PERFIL DE LOS ESTUDIANTES DE LICENCIATURAS EN MINAS GERAIS

RESUMEN: INEP realiza anualmente un censo con las Instituciones de Educación Superior brasileñas que permite tener una visión general de la Educación Superior. Se propone identificar el perfil de los ingresantes en cursos de licenciaturas en Minas Gerais entre 2011 y 2021. Es un estudio cuali-cuantitativo y documental que analizó los micro datos del Censo de Educación Superior entre 2011 y 2021. Solo una minoría de los ingresantes se encuentra matriculada en licenciaturas. La mayoría proviene de escuelas públicas, está en la modalidad a distancia, en instituciones privadas y en horario nocturno. El ingreso a través de reservas de vacantes ocurre, en su mayoría, por ser provenientes de escuelas públicas, se identifican principalmente como pardos, del sexo femenino y con edades entre 18 y 24 años.

Palabras clave: Censo de Educación Superior, Ingresantes, Licenciatura, Educación Básica, Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

A educação escolar tem passado por um processo de reestruturação no contexto da mundialização do capital, das diretrizes políticas neoliberais e das novas práticas de gestão no âmbito da difusão Nova Gestão Pública (NGP), agora potencializada pelas tecnologias digitais, cenário esse que impõe novos desafios ao profissional da docência, figura central no processo ensino-aprendizagem, aquele que irá formar a nova classe trabalhadora (Previtali; Fagiani, 2020). Sob a lógica capitalista-burguesa da era digital, torna-se imperativo desenvolver, desde a mais tenra idade, uma disciplina de mercado e uma cultura empreendedora. Para Hill (2012), há uma reforma educacional em andamento que inclui a formação de professores dentro dos requisitos globais e nacionais sob o neoliberalismo.

A educação se dá em todos os espaços. Segundo Saviani (2007), a educação é um fenômeno específico dos seres humanos, que ocorre num processo histórico e dialético de transformação da natureza e do próprio ser humano pelo trabalho dotado de intencionalidade, significando a própria produção do ser social. A cultura de um povo e uma civilização sobrevivem pelas práticas de recriação e de transmissão do conhecimento de um povo às gerações futuras. Nas sociedades burguesas, a partir da revolução industrial, a educação escolar vai assumindo preponderância como *locus* do saber científico-tecnológico sistematizado e da formação dos sujeitos sociais em sua dimensão técnica e sociocultural (Saviani, 2015). Assim, a formação docente tem sua função social, pois no caminhar histórico da licenciatura, amplia-se a história, memórias, hábitos, cultura e valores, por meio do saber fazer docente. Esse conhecimento adquirido contribui para assegurar e reivindicar direitos perante os órgãos públicos (Nascimento; Hetkowski, 2007) posto que a instituição escolar traz em si as contradições da sociedade de classes e das relações de controle e resistências do trabalho (Braverman, 1981).

Ao falar sobre as licenciaturas, no que se refere a formação de professoras/professores, remete-se ao conhecimento de um modo geral. Para Gatti (2013, p. 59), os professores são cruciais porque

são os que irão formar os cidadãos e por isso necessitam de uma “base sólida de conhecimentos aliados a formas de ação”. A importância de um profissional da educação conhecer, aprofundar e compreender a fundo os vários momentos históricos é de primordial relevância para seu próprio crescimento profissional, porque a educação não se fez e não se faz no aqui e no agora, é necessário considerar o contexto histórico para que seja possível interpretar o presente e projetar o futuro (Gatti, 2014).

Esse estudo se justifica pelo seu potencial de contribuição ao gerar dados e subsídios teóricos que fundamentam o debate acadêmico e políticas públicas educacionais acerca da imbricação entre a formação de professoras/professores e o trabalho docente na educação básica brasileira, em particular para o Estado de Minas Gerais. O objetivo desse trabalho foi identificar o perfil dos ingressantes dos cursos de licenciatura em Minas Gerais, o que nos ajudou a refletir sobre as características de parte dos professores da educação básica no Brasil.

METODOLOGIA

Esse estudo coloca-se no campo da teoria social crítica, na perspectiva do materialismo-histórico e dialético que assume o caráter histórico e contraditório das mudanças, buscando apreender suas particularidades como parte de uma totalidade complexa (Kosik, 1976). Quanto ao tipo de pesquisa, caracteriza-se como descritiva e quali-quantitativa. De acordo com Minayo (1994), a junção desses dois tipos de pesquisa é perfeitamente aceitável, pois relacionam-se de forma complementar, sem excluir um ao outro. Caracteriza-se também como uma pesquisa documental em que foram utilizados como base os Microdados do Censo da Educação Superior, dos anos de 2011 a 2021.

O Instituto Nacional de Pesquisa (INEP) é a principal base de dados e indicadores sobre a Educação escolar no Brasil. O órgão realiza anualmente, com todas as Instituições de Educação Superior (IES) do Brasil um censo que visa coletar informações sobre infraestrutura, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. O intuito é oferecer dados estatísticos que permitam conhecer e acompanhar o Ensino Superior no Brasil e amparar o Ministério da Educação em atividades de acompanhamento e avaliação em programas de expansão de melhoria da qualidade da Educação Superior. Além disso, permite o cálculo de indicadores que embasem a formulação e implementação de políticas públicas, o trabalho de gestores das IES públicas e privadas, de pesquisadores, especialistas, de estudantes brasileiros ou estrangeiros, de organismos internacionais ou de outros profissionais interessados nessa temática (INEP, 2022).

Utilizou-se o *Microsoft Excel*® para a organização dos dados quantitativos e confecção dos gráficos. Em um primeiro momento realizou-se o *download* dos 11 (onze) arquivos disponibilizados pelo INEP contendo os resultados do Censo da Educação Superior (2011 a 2021). Todos os dados foram realocados em uma planilha única para posterior filtragem de acordo com o recorte desse estudo. Também foram feitos os *downloads* dos dicionários de dados, a fim de se identificar as variáveis disponibilizadas e sua ocorrência em todos os anos do estudo. Foram escolhidas variáveis (Quadro 1) relacionadas à descrição do perfil dos ingressantes em licenciaturas do estado de Minas Gerais.

Quadro 1: Variáveis utilizadas neste estudo

Variável	Descrição da variável	Utilização no texto
NU_ANO_CENSO	Ano de referência do Censo da Educação Superior	Filtro: Anos da Pesquisa
NO_UF	Nome da Unidade da Federação do local de oferta do curso	Filtro: “Minas Gerais”
TP_GRAU_ACADEMICO	Tipo do grau acadêmico conferido ao aluno pela conclusão dos requisitos exigidos pelo curso	Gráfico 01
QT_ING	Quantidade de ingressantes	Gráfico 01 Tabela 01
TP_MODALIDADE_ENSINO	Tipo de modalidade de ensino do curso	Gráfico 02
QT_ING_PROCESCPUBLICA	Quantidade de ingressantes que terminaram o ensino médio em escolas públicas	Gráfico 03
QT_ING_PROCESCPRIVADA	Quantidade de ingressantes que terminaram o ensino médio em escolas privadas	
QT_ING_PROCNAOINFORMADA	Quantidade de ingressantes que não informaram o tipo de escola que terminaram o ensino médio	
TP_REDE	Rede de Ensino	Gráfico 04
QT_ING_RESERVA_VAGA	Quantidade de ingressantes - alunos que participam do programa de reserva de vagas	Gráfico 05
QT_ING_RVREDEPUBLICA	Quantidade de ingressantes - alunos que participam do programa de reserva de vagas - escola pública	
QT_ING_RVETNICO	Quantidade de ingressantes - alunos que participam do programa de reserva de vagas - cunho étnico	
QT_ING_RVPDEF	Quantidade de ingressantes - alunos que participam do programa de reserva de vagas - pessoas com deficiência	
QT_ING_RVSOCIAL_RF	Quantidade de ingressantes - alunos que participam do programa de reserva de vagas - cunho social/renda familiar	
QT_ING_RVOUTROS	Quantidade de ingressantes - alunos que participam do programa de reserva de vagas - outros tipos	
QT_ING_BRANCA	Quantidade de ingressantes - Cor/Raça Branca	Gráfico 06
QT_ING_PRETA	Quantidade de ingressantes - Cor/Raça Preta	
QT_ING_PARDA	Quantidade de ingressantes - Cor/Raça Parda	
QT_ING_AMARELA	Quantidade de ingressantes - Cor/Raça Amarela	
QT_ING_INDIGENA	Quantidade de ingressantes - Cor/Raça Indígena	
QT_ING_CORND	Quantidade de ingressantes - Cor/Raça não dispõe da informação ou não declarada	
QT_ING_DIURNO	Quantidade de ingressantes no turno diurno	Gráfico 07
QT_ING_NOTURNO	Quantidade de ingressantes no turno noturno	
QT_ING_FEM	Quantidade de ingressantes do sexo feminino	Gráfico 08
QT_ING_MASC	Quantidade de ingressantes do sexo masculino	
QT_ING_0_17	Quantidade de ingressantes - Até 17 anos de idade	Gráfico 09
QT_ING_18_24	Quantidade de ingressantes - De 18 a 24 anos de idade	
QT_ING_25_29	Quantidade de ingressantes - De 25 a 29 anos de idade	
QT_ING_30_34	Quantidade de ingressantes - De 30 a 34 anos de idade	
QT_ING_35_39	Quantidade de ingressantes - De 35 a 39 anos de idade	
QT_ING_40_49	Quantidade de ingressantes - De 40 a 49 anos de idade	
QT_ING_50_59	Quantidade de ingressantes - De 50 a 59 anos de idade	
QT_ING_60 MAIS	Quantidade de ingressantes - De 60 ou mais anos de idade	

Fonte: INEP (2011- 2021). Elaborado pelas autoras.

O primeiro filtro a ser utilizado foi a seleção dos dados referentes somente ao Estado de Minas Gerais e, a seguir, somente os registros referentes aos cursos de licenciatura. Em seguida, a planilha foi filtrada por ano para extração dos dados referentes a cada variável utilizada.

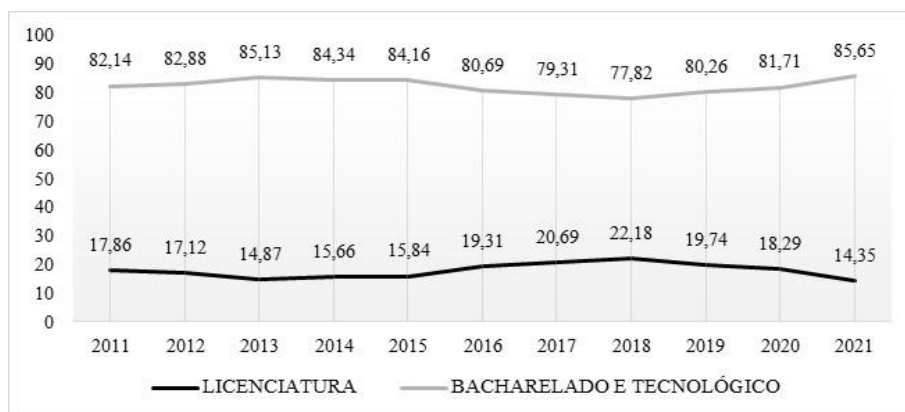
Para estabelecer relações históricas, sociais e culturais acerca dos dados apresentados sobre o perfil dos discentes ingressantes nos cursos de licenciatura foram construídos os gráficos.

Analizou-se estatisticamente as diferentes informações que compõem o perfil desses estudantes, comparando os dados encontrados em cada ano e realizando uma discussão crítica e reflexiva para interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número de ingressantes em cursos que formam professoras/professores (Licenciaturas) apresentou-se, sempre durante o período de recorte deste estudo, bem inferior à quantidade de ingressantes dos demais cursos de graduação (Bacharelado e Tecnológico) no estado de Minas Gerais, conforme podemos constatar a partir do Gráfico 1.

Gráfico 1: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológico no Estado de Minas Gerais - 2011 a 2021



Fonte: INEP (2011- 2021). Elaborado pelas autoras.

Mesmo se considerarmos o maior percentual de ingressantes em licenciaturas (2018: 22,18%), observamos que a distância para o percentual de matrículas nesse ano para o bacharelado/tecnológico foi cerca de 3,5 vezes menor, indicando que esses cursos têm uma procura reduzida por aqueles que ingressam na educação superior.

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de matrículas somente nos cursos de licenciaturas no estado de Minas Gerais.

Tabela 1: Número de ingressantes em licenciaturas em Minas Gerais - 2011 a 2021

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
41.211	46.370	39.521	45.887	43.806	53.644	63.449	71.612	65.984	62.094	51.109

Fonte: INEP (2011- 2021). Elaborado pelas autoras.

Observa-se uma pequena oscilação no período de 2011 a 2015, época do governo de Dilma Rousseff. Entre 2016 e 2018, durante o governo de Michel Temer, há um pico de acréscimo na quantidade de ingressantes nos cursos de licenciatura em Minas Gerais e, durante o governo de Jair Bolsonaro, 2019 a 2021² um declínio significativo principalmente entre 2020 e 2021.

Considerações feitas por Gomes (2022) acerca da Educação Superior brasileira nos governos citados anteriormente, podem nos auxiliar no entendimento desses dados.

O primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014) deu sequência ao modelo de ampliação ao acesso à Educação Superior do governo anterior. A expansão de vagas na rede federal registrou um elevado crescimento “associado ao tempo necessário para a implementação de projetos complexos aprovados anteriormente ao seu governo, como a construção e criação de novas universidades ou institutos federais, com ênfase na interiorização” (Gomes, 2022, p. 19). Além disso, em 2012, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 12.711/2012 (lei de cotas) para ingresso nas instituições federais.

No que diz respeito a Educação Superior privada tem-se o aprofundamento das novas normas do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que, em 2011 ultrapassa pela primeira vez o Programa Universidade para Todos (Prouni) em volume de matrículas. “[...] De fato, nesse momento, o FIES é um subsídio estatal elevado que alcança uma porção significativa de estudantes de praticamente todas as classes sociais como parte da estratégia de ampliação de vagas em várias frentes” (Gomes, 2022, p. 18).

Já o governo Temer (2016-2018) utilizou como principal estratégia flexibilizar a oferta de graduações à distância. Há, durante esse período, um aumento expressivo das matrículas no Ensino Superior nessa modalidade de ensino, conforme veremos mais adiante.

O governo Bolsonaro (2019-2021) dá continuidade a iniciativas do governo Temer no que diz respeito à ampliação de vagas de ensino à distância e redução do FIES. É desse governo o registro de crescimento negativo das universidades federais.

É nesse governo [Bolsonaro] que se observa uma intensa diminuição das matrículas em cursos presenciais, inclusive nas privadas, e crescimento elevado em EaD, com redução na oferta da rede federal.

[...]

Não se registram iniciativas para expansão de vagas na rede pública federal. A grande política para a educação superior de Bolsonaro – o “Future-se” de 2019 –, que prometia fazer uma revolução no modo de gestão, financiamento e de produção das universidades federais nunca saiu do papel [...]. De qualquer forma, esse programa não tratava de ampliar o acesso ao ensino superior, mas apenas de encontrar formas alternativas, isto é, privadas para financiar as universidades públicas (Gomes, 2022, p. 21).

Conforme aponta a literatura, a carreira docente revela grandes problemas como baixos salários, condições de trabalho precárias, jornadas duplas e até triplas de trabalho, violência e indisciplina nas escolas que podem contribuir para sua baixa procura e menor prestígio (Gatti, 2013, 2014; Hipolyto, 2015; Jacomini; Penna, 2016; Maciel; Previtali, 2011; Oliveira, 2018; Saviani, 2009).

As reformas educacionais brasileiras têm acarretado perdas ao trabalho docente, o que age como um desestímulo a essa carreira. De acordo com Previtali e Fagiani (2018), professoras e professores

² Até a data de escrita desse documento o INEP não havia divulgado os dados referentes a 2022, último ano do governo de Jair Bolsonaro.

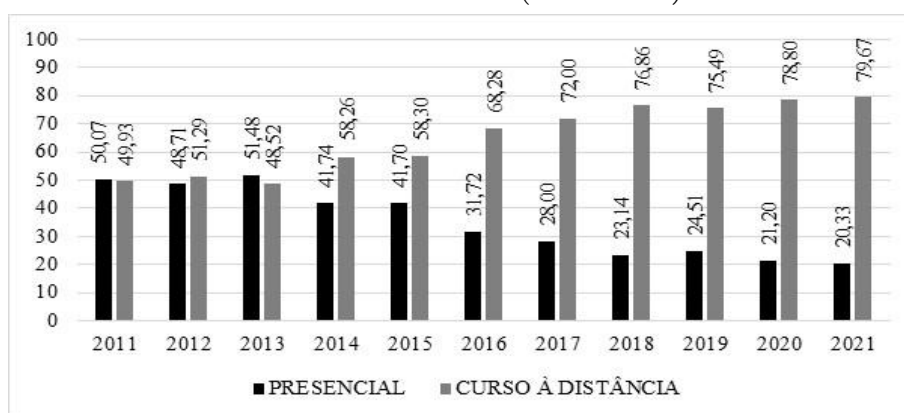
da educação básica têm perdido controle sobre os meios (processos políticos-pedagógicos para ensinar) e sobre os fins do seu trabalho (a formação dos estudantes).

As formas de controle têm sido aprofundadas, por meio da imbricação crescente entre trabalho vivo e trabalho, bem como sob relações laborais individualizadas e pautadas fortemente na competição entre os que trabalham. São elementos constitutivos dessa intencionalidade a (des)construção dos processos formativos docentes, tornando-os mais aligeirados e de conteúdo essencialmente tecnicista, a expropriação da autonomia do ensinar concomitantemente à imposição de projetos e procedimentos pedagógicos determinados pela gestão superior, a imposição de tarefas típicas da gestão, envolvendo a captação de recursos privados, o desmonte da carreira docente e a imposição de formas flexíveis de emprego, a intensificação do trabalho em função do acúmulo de tarefas, a desvalorização salarial e as más condições de trabalho com destaque ao excessivo número de estudantes por sala de aula, bem como das instalações escolares deficientes e inadequadas (Previtali; Fagiani, 2018, p. 54).

Esse desmonte tem gerado uma resistência da categoria não no sentido do ganho, mas da não perda das conquistas adquiridas. Merece destaque a greve de 2011 em Minas Gerais, em que 50% da categoria parou para reivindicar o fim do sistema de subsídios implantado pelo governo daquela época (Previtali; Fagiani, 2018). Importa frisar que, mesmo durante a Pandemia de Covid-19, quando houve queda no número de greves no funcionalismo público, das 192 greves ocorridas, 55 foram na educação (Previtali; Fagiani, 2021). Ressalta-se a importância desses movimentos para que a população tome consciência dos desmontes realizados pelos governos neoliberais, que deveriam estar preocupados com a importância da profissão docente e com uma educação de qualidade, garantindo recursos para valorização desses profissionais no que diz respeito à sua formação, remuneração, jornada de trabalho e estruturação de sua carreira.

Quando é analisada a modalidade dos cursos de licenciatura, tem-se que entre os anos de 2011 e 2013 a quantidade de ingressantes nas modalidades presencial e à distância apresentou uma diferença muito pequena em termos percentuais, ficando a modalidade presencial à frente. A partir de 2014 o panorama se inverteu e o percentual de ingressantes em licenciaturas à distância em Minas Gerais ampliou-se significativamente, sendo em alguns anos até três vezes mais, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura no estado de Minas Gerais por modalidade de ensino (2011 - 2021)



Fonte: INEP (2011-2021). Elaborado pelas autoras.

É possível afirmar que esse aumento na procura por licenciaturas à distância deve-se a políticas que favoreceram a expansão da Educação a Distância (EAD). As bases legais com relação à EAD foram

estabelecidas: 1) pela LDB 9394/96, que, no artigo 80, inseriu essa modalidade no Brasil em todos os níveis educacionais, evidenciando a importância desta modalidade no contexto da educação nacional e, 2) por sua inserção no Plano Nacional de Educação (PNE). No que diz respeito à EAD para licenciaturas destaca-se o parágrafo 3º, inciso III do artigo 87, da LDB: “III- realizar programas de capacitação para todas/todos as/os professoras/professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância” (Brasil, 1996, s/p). No entanto, todas as disposições legais, para as IES públicas e privadas, precisavam ser geridas por um sistema específico, o que foi regulamentado a partir da instituição da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2006, por meio do Decreto nº 5.800/06 (Moraes; Araújo, 2021).

Coube ao governo Dilma (2011-2016) a continuidade da expansão dos programas da Educação Superior realizada por seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, em que foram criadas novas universidades federais, novos campi e novos institutos federais e, ainda, renovar as metas do PNE. Essa renovação foi aprovada com a periodicidade de 2014-2024 e destaca-se a meta 12, que tem por objetivo aumentar as taxas de matrícula na Educação Superior e assume como estratégia a expansão e interiorização da rede federal e do Sistema UAB.

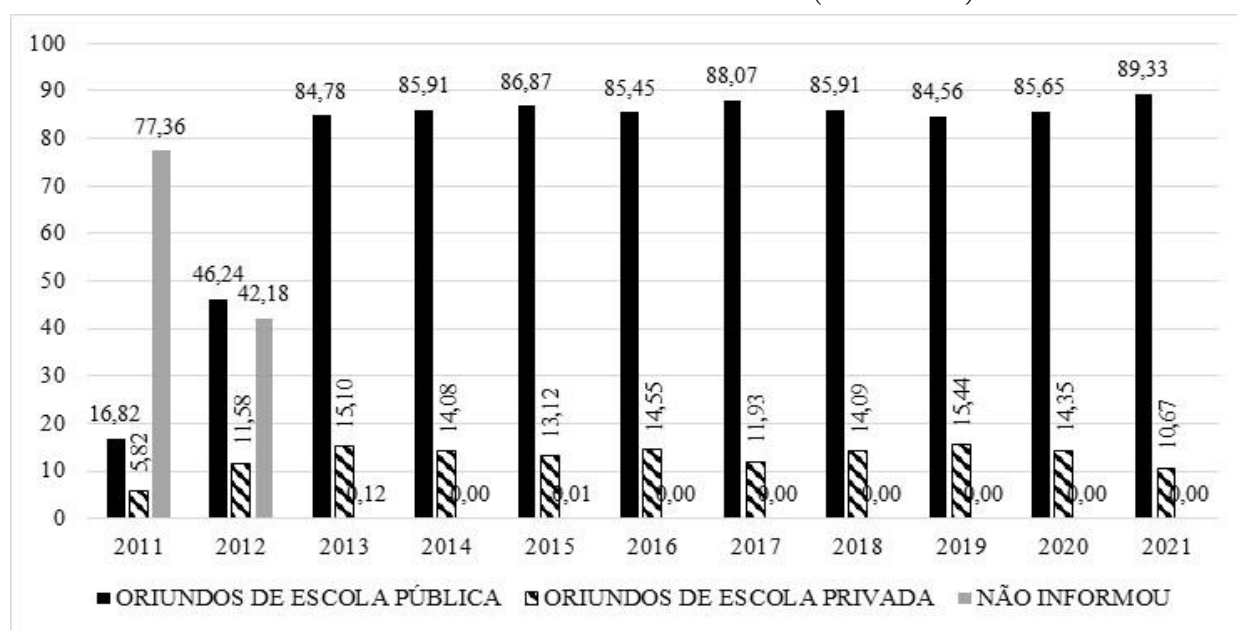
Já o período que vai do governo Temer (2016-2018) até o fim do governo Bolsonaro (2019-2022) “foi marcado por mudanças legais, acompanhadas de práticas discursivas, ação política de lobby, atos normativos com o objetivo de ver legislados modos de organização, funções sociais, culturais e políticas do ensino superior que favoreçam a expansão da ‘universidade neoliberal’” (Sobrinho; Nascimento; Sousa, 2023, p. 797, grifo dos autores).

Tanto a regulação da Educação Superior quanto a regulação da oferta do ensino à distância, realizadas pelos governos brasileiros, foram marcadas pela influência do mercado e de organizações como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e organismos multilaterais como o Banco Mundial. Tais regulamentações visavam atender as demandas expansionistas do mercado educacional, não implicando na garantia de qualidade da formação, mas, sim, no aumento de índices estatísticos e de certificações que satisfizessem os interesses mercadológicos (Santos, 2018).

No que diz respeito à formação de professoras/professores pela modalidade EAD, há que se considerar que os estudantes que optam por essa modalidade são privados de uma socialização cultural acadêmica, importante para sua formação profissional; falta a convivência e o diálogo com colegas e professores, participações em movimentos estudantis, debates e outros aspectos presentes no cotidiano da vida acadêmica (Gatti, 2014). Ainda de acordo com a autora, a preocupação não é a modalidade EAD em si, mas sim a forma, muitas vezes precária, em que as licenciaturas à distância são ofertadas no Brasil. Aspectos importantes como docentes, tutores e monitores com boa formação na área e conhecimento sobre recursos tecnológicos, tecnologias atualizadas, materiais didáticos de qualidade, infraestrutura dos polos e avaliação da aprendizagem em formas consistentes nem sempre são encontrados na oferta de cursos EAD no país.

Quando se busca identificar em que rede de ensino as/os ingressantes dos cursos de licenciatura concluíram o ensino médio, verifica-se a escola pública como resposta, o que pode ser observado no Gráfico 3 como realidade no Estado de Minas Gerais nos últimos 11 anos.

Gráfico 3: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura no estado de Minas Gerais de acordo com a rede de conclusão do ensino médio (2011 - 2021)



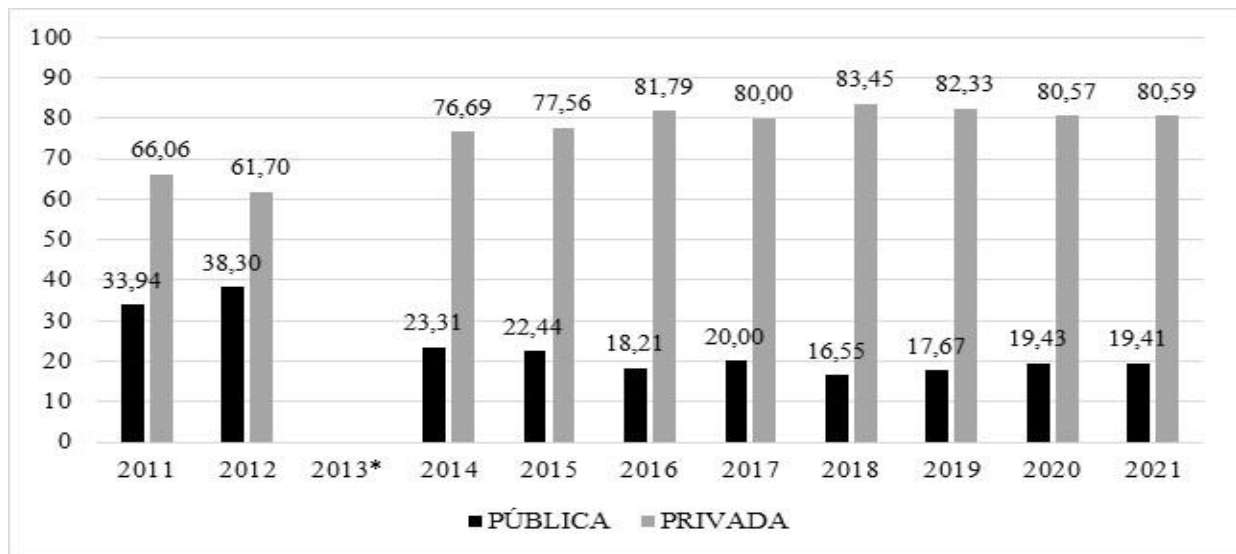
Fonte: INEP (2011-2021). Elaborado pelas autoras.

Conforme Souza, Passos e Ferreira (2019), os cursos de licenciatura são tidos como de menor prestígio e oferecem baixa remuneração, sendo, em geral, ocupados por pessoas que cursaram o ensino médio na rede pública de ensino. Em um estudo apresentado por Tartuce, Nunes e Almeida (2010) com 1501 alunos concluintes das redes pública e privada de cidades de grande ou médio porte das diferentes regiões do Brasil, apenas 2% indicaram como primeira opção de ingresso ao Ensino Superior o curso de Pedagogia ou alguma outra licenciatura e, desses, 87% são provenientes de escolas públicas. De acordo com Gatti *et al.* (2019), o perfil sociocultural de origem dos estudantes dos cursos mais prestigiados pela sociedade, tais como Odontologia, Medicina, Engenharias, Medicina Veterinária, Arquitetura e Urbanismo, é composto por pais com maior escolaridade; são, na maioria, alunos brancos, com poder aquisitivo maior e com maiores condições financeiras, além de serem oriundos do ensino médio privado.

Assim, comparar o perfil dos estudantes dessas áreas com os das licenciaturas não só permite-nos constatar a força de marcadores sociais e culturais presentes na trajetória escolar dos estudantes, mas também deixa claro o peso das escolas na modelagem dessas trajetórias que criam condições para reproduzir as desigualdades sociais em uma sociedade tão pouco equitativa como a brasileira (Gatti *et al.*, 2019). A carência expressa na formação de professoras/professores põe-se contra a própria profissão, legitimando, por meio dos discursos conservadores, o ensino médio da rede privada como única alternativa para o acesso a outras profissões, entendidas como possibilidade concreta de ascensão social (Silva Júnior; Lucena; Ferreira, 2011).

Se a maioria dos ingressantes são oriundos de escolas públicas, a rede educacional de graduação que os recebe, na sua maior parte, é a privada, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura no estado de Minas Gerais por rede (2011 - 2021)



* Dados referentes a 2013 não disponíveis na planilha do INEP

Fonte: INEP (2011-2021). Elaborado pelas autoras.

De acordo com o Gráfico 4 é possível afirmar que, em Minas Gerais, a rede privada é a maior responsável pela formação das/dos professoras/professores que atuarão na educação básica. Em termos gerais, são instituições não universitárias, mais preocupadas com a oferta de um ensino profissionalizante do que com atividades de extensão ou de pesquisa nos cursos de licenciatura ofertados, uma vez que esses cursos possuem um menor custo e são eleitos como prioritários para oferta (Scheibe, 2010).

Essa expressiva formação de professoras/professores pela rede privada pode ser explicada pelos incentivos fiscais para essas IES, como o PROUNI e o FIES, pelo baixo valor das mensalidades, principalmente no ensino à distância, e à precária formação recebida durante a educação básica, que dificulta o ingresso às universidades públicas.

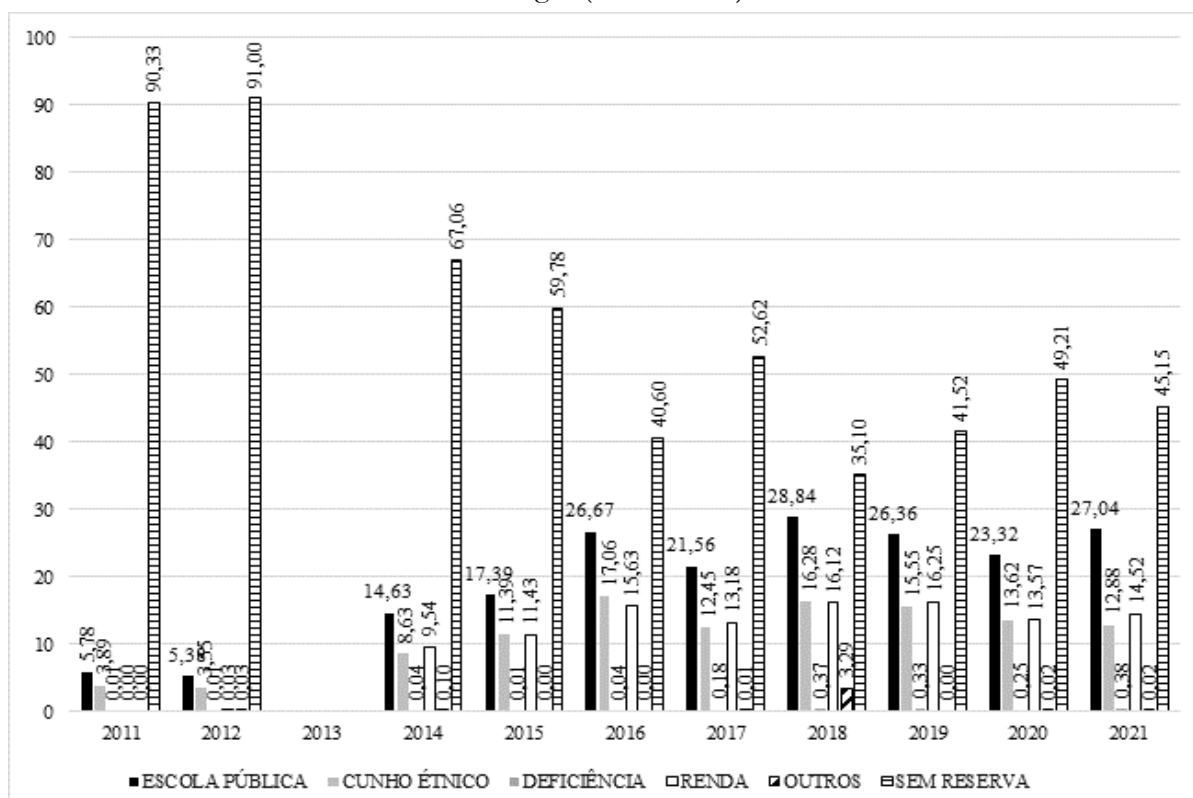
A expansão do Ensino Superior brasileiro teve significativo estímulo com a reforma do Estado na perspectiva neoliberal a partir da década de 1990 sob o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que as instituições privadas de Ensino Superior foram estimuladas a crescerem graças à liberalização dos serviços educacionais e da isenção fiscal, em especial, da oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa (Silva Junior, 2002).

Outro marco importante foi a partir de 2007, quando as IES privadas foram inseridas no mercado de ações de capital (processo de privatização/mercantilização da educação superior brasileira), abrindo-se para a formação de grandes grupos educacionais de investidores, o que tendência a formação de oligopólios (número reduzido de grandes empresas que atuam num segmento do mercado), que passarão a ter o controle do mercado da educação superior do país (Chaves, 2010).

Com relação à rede pública, o que se vê, segundo Silva Junior; Lucena; Ferreira (2011, p. 846), é que ela tem sofrido com as reformas educacionais seja “na estrutura do ensino, no acesso, nas relações de trabalho, na produtividade acadêmica, na aproximação do capital (parceria público-privada e indução de pesquisa aplicada) ao lado da certificação em massa” além de estarem sendo transformadas em agências executoras de políticas do Estado.

Como mostrado anteriormente, o maior número de ingressantes nos cursos de licenciatura em Minas Gerais estão em instituições privadas e, quando analisamos o ingresso na rede pública, torna-se importante identificar a forma de entrada pelo sistema de reserva de vagas, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura no estado de Minas Gerais por reserva de vagas (2011 - 2021)



Fonte: INEP (2011-2021). Elaborado pelas autoras.

Desde 2012, a Lei 12.711, denominada Lei de Cotas, promove ações afirmativas nas IES por meio da definição de parâmetros de reservas de vagas para acesso a esse nível de educação. No entanto, é importante salientar que algumas IES já possuíam, mesmo antes dessa aprovação, seus próprios programas de ações afirmativas de acesso aos seus cursos e, também que, apesar de positiva, a Lei de Cotas deve ser acompanhada de medidas que viabilizem a conclusão dos cursos pelos cotistas. Conforme nos aponta Cordeiro (2010),

É sabido que a permanência desses alunos depende da combinação dos aspectos sociais, econômicos e pedagógicos. Portanto, não basta termos bolsas ou outras formas financeiras de ajuda, se no ambiente de aprendizagem as situações oferecidas forem de exclusão. Exclusão que pode estar cotidianamente presente no discurso, nos gestos e expressões do professor, dos colegas e demais envolvidos no ambiente acadêmico. Pode estar incluída de forma simbólica na avaliação da aprendizagem e até no discurso democrático feito por muitos com o objetivo de maquiagem as representações negativas ou discriminatórias que possui [...] (Cordeiro, 2010, p. 90).

A Lei de Cotas promoveu mudanças positivas nas universidades, uma vez que proporcionou aos excluídos sociais ou por questões raciais e éticas o direito e a oportunidade de cursarem um curso superior. São jovens que vivem em condições socioeconômicas desfavoráveis, que tiveram uma educação

básica deficiente e, portanto, sem condições de concorrer de forma justa e igualitária com aqueles que, por terem condições sociais e econômicas favoráveis, desfrutaram ao longo de sua formação de um ensino de qualidade.

Estudos como de Matta (2014) apresentam que, em alguns casos, a demanda pela entrada pelo sistema de cotas é maior em cursos com maior relação candidato/vaga, pois em cursos de baixa relação candidato/vaga, há pouca procura pelas cotas, uma vez que os candidatos não necessitam delas para aprovação.

De acordo com Nonato (2018), a escolha do curso superior, ao contrário de ser pautada pela vocação do sujeito, é uma escolha socialmente condicionada. A origem social, a raça e o gênero possuem importância no processo de escolarização dos jovens que buscam se inserir no Ensino Superior. Essas escolhas são pautadas por aquilo que os indivíduos consideram mais adequados à sua posição social e às suas trajetórias escolares mesmo que isso não ocorra de forma totalmente consciente.

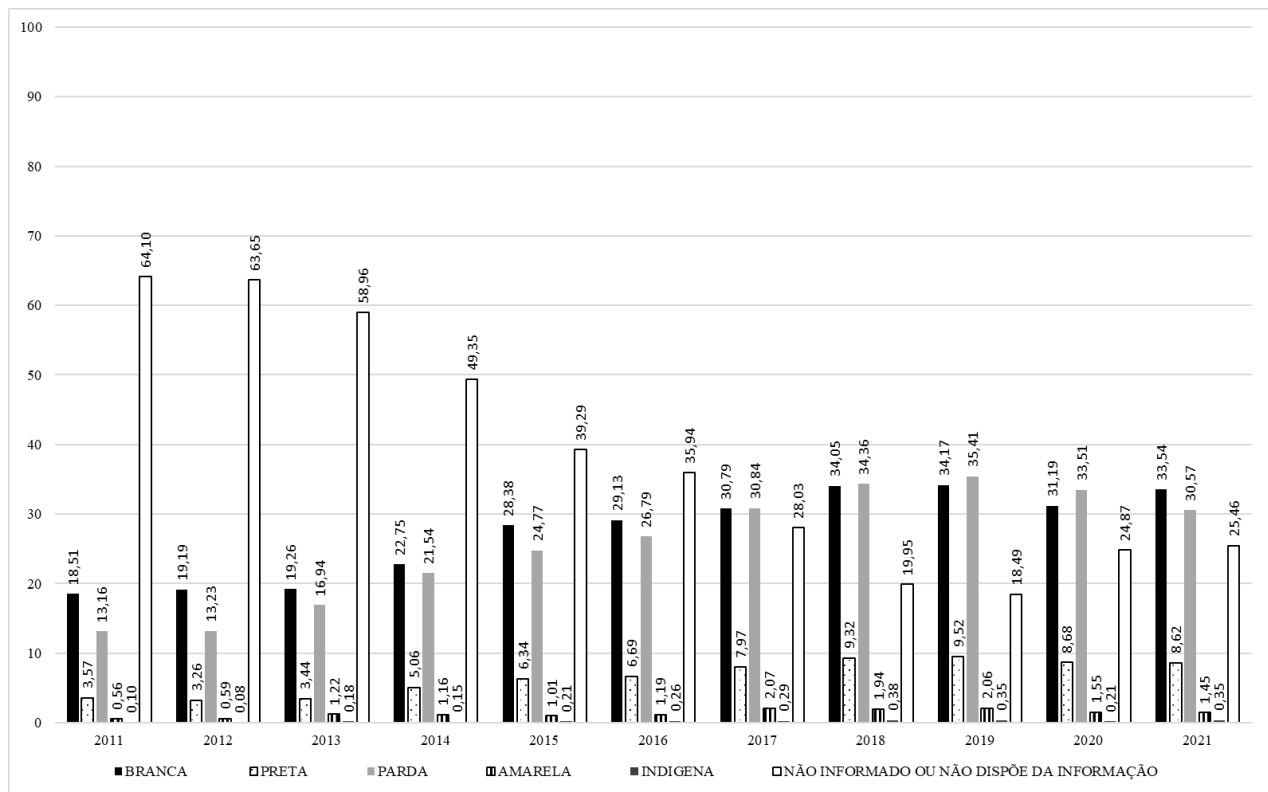
Segundo Cordeiro (2010), indígenas buscam o Ensino Superior para aquisição de conhecimentos e formação de lideranças que defendam seus povos, já os negros veem na conclusão de um curso superior uma possibilidade de ascensão e aumento da autoestima: “ao serem excluídos do ensino superior, seja pela evasão, repetência, condições financeiras ou discriminações, o negro e o indígena se veem novamente na periferia do conhecimento e, portanto, da possibilidade de ascensão social, política e econômica” (Cordeiro, 2010, p. 87). Além disso, a origem dos cotistas, por exigência da lei, é de escolas públicas que trazem consigo dificuldade na compreensão dos conhecimentos científicos oferecidos e exigidos durante a graduação.

Ainda de acordo com a autora, a universidade

[...] constitui-se como um aparelho ideológico, uma realidade simbólica, uma instituição que tem a sua ação atravessada por um discurso. É através dele que a ideologia de classes sociais, de forma arbitrária é reproduzida como verdade, sustentando, por exemplo, o discurso da meritocracia e da mestiçagem na sociedade brasileira. As transformações da sociedade e da vida daqueles que ao longo da história permanecem aliados do conhecimento e das oportunidades oferecidas por esta mesma sociedade, só acontecerá via participação desses segmentos nas instâncias de construção, distribuição e uso do conhecimento técnico-científico. Para tanto, é necessário que os mesmos tenham acesso e meios de permanecer no ambiente acadêmico, pois é neste que acontece grande parte desse processo chamado aprendizagem (Cordeiro, 2010, p. 89).

Importa relacionar a discussão anterior com o percentual de ingressantes por raça/cor demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura no estado de Minas Gerais por raça/cor (2011 - 2021)



Fonte: INEP (2011-2021). Elaborado pelas autoras.

Observa-se, no Gráfico 6, um alto percentual de ingressantes que não declararam sua cor ou raça, o que nos leva à realização de uma análise mais qualitativa desses dados. Essas informações são importantes para se traçar estratégias acerca da Educação Superior brasileira e, a falta delas, pode prejudicar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e programas educacionais.

Estudos realizados por Senkevics (2018) e Artes e Ricoldi (2015) apontam a fragilidade/prejuízos na coleta desses dados, mas também nos apresentam a afirmativa de que as desigualdades no acesso ao Ensino Superior quando considerada a variável “raça/cor” ainda são muito fortes.

Ainda conforme o Gráfico 6, há uma discrepância muito grande entre o percentual de brancos e pretos que ingressam nos cursos de licenciatura em Minas Gerais.

De acordo com Nierotka e Trevisol (2016, p. 26), a universidade brasileira tem cor, porém apesar do Brasil ser um país de maioria preta, as IES têm sido ocupadas pela elite branca, no âmbito das quais as desigualdades sociais e econômicas se expressam, se reproduzem e se legitimam socialmente. Ao longo de sua história, em termos sociológicos, ela “abriu-se para acolher os ricos e os brancos, majoritariamente descendentes de europeus, e fechou suas portas para os indígenas e os descendentes de africanos, submetendo-os ao regime de escravidão por longos séculos e ao analfabetismo”.

Percebe-se o racismo estrutural como marca da sociedade brasileira uma vez que

o racismo não está apenas no plano da consciência – a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas (Bersani, 2017, p. 381).

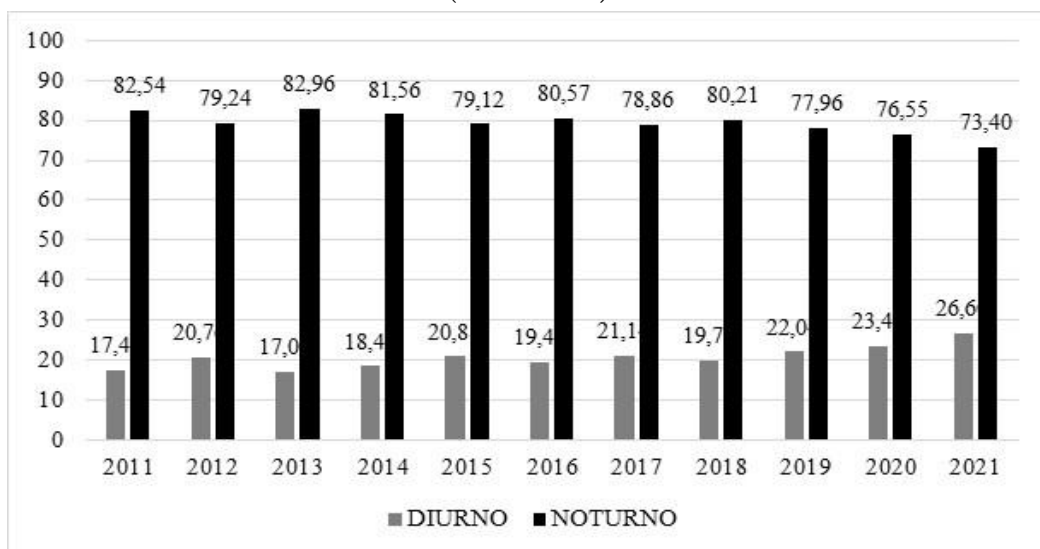
De acordo com Sotero e Tourinho (2021)

É preciso que as ações afirmativas sejam políticas de transformação social, permitindo modificar a realidade da população negra a fim de que esta consiga alcançar espaços que antes eram restritos para a população branca. Ademais, as ações de afirmação devem estar pautadas na promoção de políticas de permanência estudantil, para valorização da identidade negra e do reconhecimento da desigualdade racial que o Brasil enfrenta, com vistas à extinção do racismo e dos efeitos necropolíticos na sociedade brasileira (Sotero; Tourinho, 2021, p. 9).

Oliveira (2019) analisou o ingresso das mulheres negras nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia no Estado de Minas Gerais, a partir do primeiro semestre de 2013 a 2017 e concluiu que Lei de Cotas cumpriu um papel fundamental para garantir o acesso da classe trabalhadora, em particular das mulheres, a essa etapa da educação formal, embora observe que uma mudança estrutural dependerá de um aperfeiçoamento dessas iniciativas e da melhoria das condições socioeconômicas da população negra, em particular das mulheres negras. Cabe enfatizar que a educação deve ser instrumento de transformação dentro das universidades, um meio de redução de discursos de ódio e discriminação racial nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão pilares da educação superior no Brasil (Sotero; Tourinho, 2021).

Outra importante variável a ser analisada para se traçar o perfil das/dos ingressantes nos cursos de licenciatura mineiros é o turno em que se matriculam. O Gráfico 7 apresenta, durante todo o período, uma prevalência de ingressantes no turno noturno, chegando à diferença de quatro vezes mais entre alguns anos.

Gráfico 7: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura no estado de Minas Gerais por turno (2011 - 2021)



Fonte: INEP (2011-2021) Elaborado pelas autoras.

A história da educação brasileira mostra, em todos os seus períodos, que a educação noturna sempre foi voltada para as classes desfavorecidas e marcada pela luta da classe trabalhadora pelo acesso à educação formal. As escolas noturnas nascem no Brasil-Império e eram, nesse período, destinadas à educação de adultos analfabetos. Durante a República Velha (1889-1930) aumenta a demanda de jovens e adultos trabalhadores que necessitam de capacitação para atender à demanda de industrialização crescente

no país. A década de 1950 foi marcada pelas reivindicações da classe trabalhadora ao acesso à Escola Secundária, que pressionavam a abertura de vagas noturnas. Os anos 1960 marcam a luta pelo acesso à escola superior, ocasionando a abertura de faculdades no período noturno, principalmente na rede privada, marcando mais uma vez a luta dos trabalhadores pelo acesso ao ensino (Terribili Filho, 2009).

Pesquisas apresentadas por Terribili Filho (2009) apontam que mais de 80%, em média, dos estudantes matriculados no turno noturno são trabalhadores. São sujeitos que já possuem uma atividade laboral e que buscam com a conclusão do Ensino Superior uma melhor colocação no mercado de trabalho ou uma promoção em sua carreira.

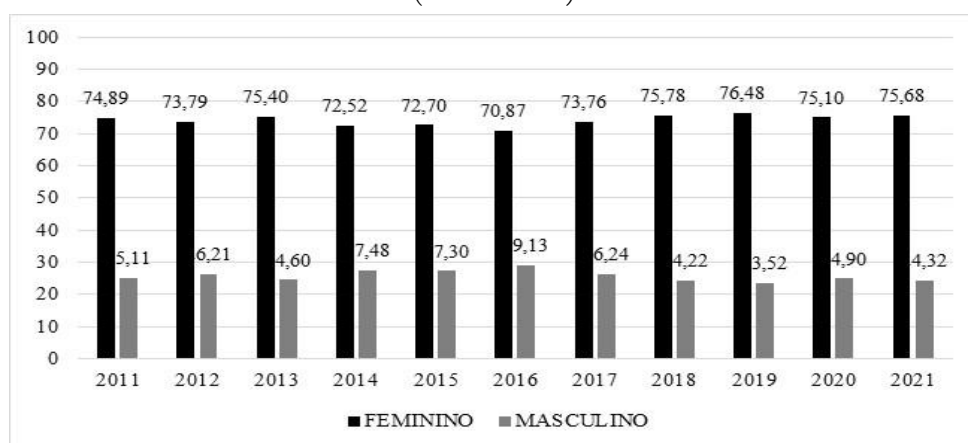
É importante pensar a problemática de ser estudante e trabalhador quando se discute a chegada da classe trabalhadora ao Ensino Superior. A maior parte dos estudantes-trabalhadores não possuem a opção de somente estudar o que torna abandonar o trabalho algo impensável pois necessitam do salário para cursarem um curso superior, mesmo sendo estudantes das universidades públicas (Giroto, 2017).

Além disso, é importante considerarmos que o trabalho não permite dedicação exclusiva às atividades acadêmicas, sendo que a participação em atividades de pesquisa e extensão e a realização de estágios e atividades complementares contam raramente com esses alunos. Então, seu espaço dentro do Ensino Superior fica restrito à sala de aula, o que acaba prejudicando sua formação.

O acesso das mulheres à Educação Superior foi algo que demorou a acontecer no Brasil e, ainda hoje, existe discriminação quanto ao seu ingresso em algumas áreas do conhecimento ou cursos. É comum escutar a afirmação de que os cursos de licenciatura são para mulheres e que para os homens são mais “adequados” os cursos da área de exatas. Ao longo dos anos as mulheres vêm mostrando que isso está se alterando e que é perfeitamente possível a ocupação de quaisquer áreas por elas (Backes; Thomaz; Silva, 2016).

Porém, ainda hoje, de acordo com Carvalhaes e Ribeiro (2019) e com os dados apresentados pelo Gráfico 8, as licenciaturas são cursos claramente mais femininos.

Gráfico 8: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura no estado de Minas Gerais por sexo (2011 - 2021)



Fonte: INEP (2011-2021) Elaborado pelas autoras.

Foi somente no final do século XIX que as mulheres brasileiras foram permitidas a frequentarem um curso superior, direito concedido por D. Pedro II em 1879 (FERREIRA, 2010). Quase 150 anos depois, as mulheres vêm conquistando seu espaço na Educação Superior, mas ainda existem preconceitos e muito a ser alcançado.

O quantitativo de mulheres que ingressam no Ensino Superior é amplo, chegando muitas vezes a ultrapassar o número de homens, porém ainda se observa uma segregação das mulheres em algumas áreas. Isso diz respeito não só a questões políticas e históricas, mas envolvem também as relações de gênero que são históricas e socialmente produzidas (Backes; Thomaz; Silva, 2016).

Backes, Thomaz e Silva (2016) e Souza, Passos e Ferreira (2019) concordam que papéis socialmente definidos contribuem para essa divisão sexista. A docência tomou para si um estereótipo que associa mulheres ao instinto maternal e cuidador ou a atributos como doçura e generosidade, tornando essa profissão uma marca feminina. Professoras eram (ou ainda são) consideradas verdadeiras mães que, além de ensinar, devem educar e doar-se à atividade docente.

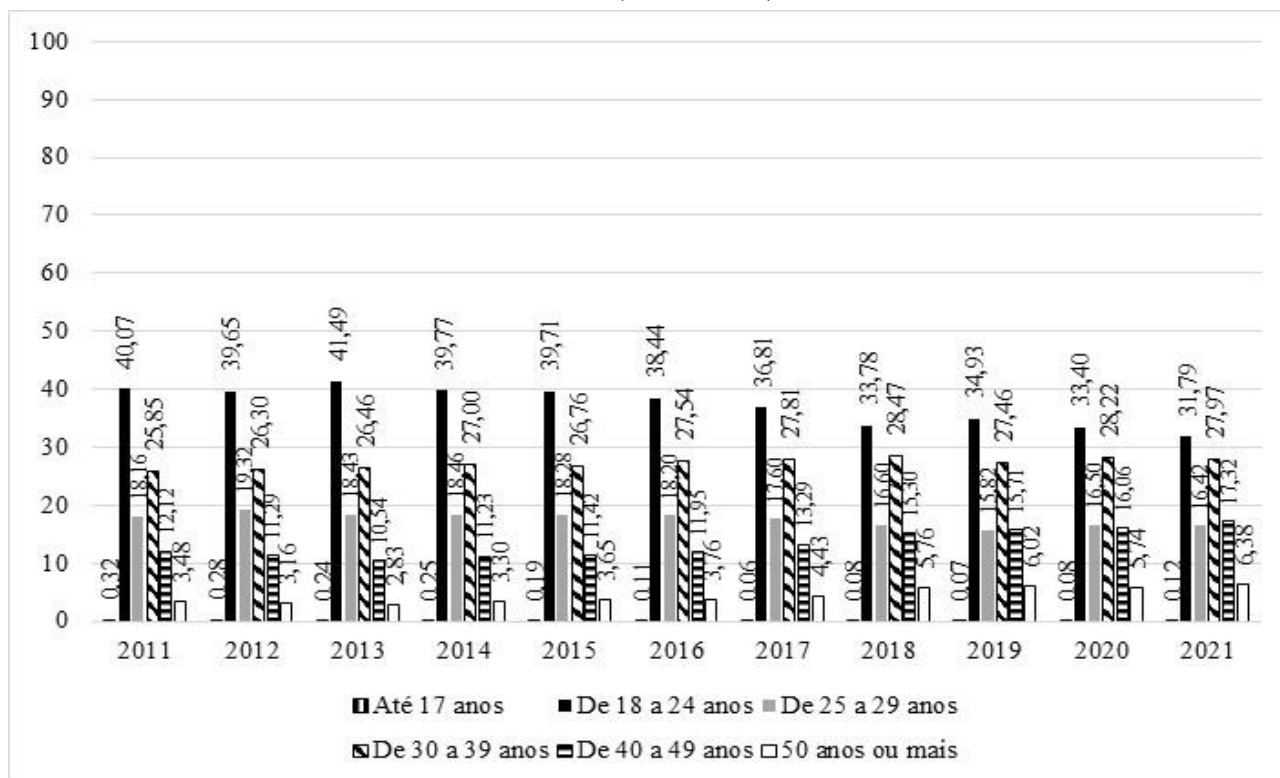
Os cursos de licenciatura são considerados de baixo prestígio, com pouca valorização do mercado de trabalho e com os menores salários. São marcadamente ocupados por uma maioria composta por pretos e mulheres enquanto nos cursos de alto prestígio há predominância de brancos e homens, o que contribui para a perpetuação das desigualdades que marcam o Brasil (Souza; Passos; Ferreira, 2019).

Pesquisa realizada por Flontino (2016) mostra que as mulheres que ingressaram em cursos majoritariamente masculinos são oriundas de famílias com maior capital cultural e econômico, sua vida escolar foi toda na rede privada de ensino e já possuíam, desde cedo, a certeza de que cursariam um curso superior. Além disso, os 16,67% das mulheres matriculadas nos cursos envolvidos nessa pesquisa relatam sofrer discriminação por parte de professores e colegas do sexo masculino e consideram que terão que fazer um esforço maior para competir com seus colegas de profissão homens e provarem que são tão competentes quanto eles. Outro aspecto relevante apontado por elas é o orgulho de estarem em um campo tão seletivo e difícil para as mulheres.

As diferenças de gênero podem traduzir diferenças de prestígio, seja nas carreiras ou na escolha de instituições de Ensino Superior. As mulheres ocupam espaços de menor prestígio acadêmico o que reflete uma dimensão social desigualmente desvalorizada a partir de diferentes marcadores sociais (Ferreira; Carvalho; Vannuchi, 2022). Por isso, é importante observar o número e mulheres presentes no Ensino Superior, onde estão e como estão para se “dimensionar a distribuição de prestígio entre profissões/cursos, em um recorte parcial do que acontece em outros espaços sociais como o mercado de trabalho, as participações político-partidárias, dentre outras dimensões” (Artes; Ricoldi, 2016, p. 91).

Outra variável que se faz necessária à composição do perfil dos ingressantes nos cursos de licenciatura do estado de Minas Gerais é a faixa etária, apresentada no Gráfico 9.

Gráfico 9: Percentual de ingressantes em cursos de licenciatura no estado de Minas Gerais por faixa etária* (2011 - 2021)



*Para melhor visualização dos dados as faixas etárias “30 a 34 anos” e “35 a 39 anos” foram agrupadas na faixa etária de “30 a 39 anos” e os dados das faixas etárias “50 a 59 anos” e “Superior a 50” foram agrupadas na faixa etária de “50 anos ou mais”

Fonte: INEP (2011-2021) Elaborado pelas autoras.

No Brasil, a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 1072/2001) prevê que a quantidade de jovens de 18 a 24 anos matriculados na Educação Superior fosse até 2010 de 30%. De acordo com o Gráfico 9, Minas Gerais atinge essa meta desde 2011, considerando os cursos de licenciatura.

Atingir essa meta não é tarefa fácil uma vez que isso é um desafio de grandes dimensões, que não depende apenas do aumento de oferta de vagas públicas ou financiamentos na rede privada; o atraso escolar também é uma restrição ao acesso de jovens à educação superior. Andrade (2012) relata que em 2009,

21% dos jovens de 18 a 24 anos não tinham sequer completado o ensino fundamental e outros 27%, apesar de terem completado o ensino fundamental, não ingressaram no ensino médio, ou ingressaram, mas não concluíram. Esses contingentes somados representam praticamente a metade dos jovens (48%), que, nessas condições, não possuem os requisitos educacionais formais para ingressar no ensino superior. Em números absolutos, são mais de 10 milhões de jovens. Temos outros 33% do total de jovens nessa faixa etária que concluíram o ensino médio, mas não ingressaram no ensino superior. E, finalmente, apenas 19% tiveram acesso ao ensino superior, segundo os dados da PNAD 2009. Em números absolutos, são 7,5 milhões de jovens que concluíram o ensino médio como o mais alto grau de escolaridade e outros 4,4 milhões que ingressaram no ensino superior (Andrade, 2012, p. 19).

O ensino médio sempre foi muito debatido ao longo da história educacional brasileira e, nesse momento em especial, ganha destaque devido à aprovação do chamado “Novo Ensino Médio” por meio da Lei n. 13.415/2017 e pela BNCC do ensino médio. Para Taffarel e Beltrão (2019) a BNCC contribuirá

para o esvaziamento de conhecimento e, por conseguinte, da formação escolar dos jovens. A proposta de formação por área de concentração ou formação profissional especializa o processo formativo ao ponto de torná-lo pobre e limitado. Uma formação profissional em tempo diminuto tendencialmente estará voltada para o trabalho simples e de baixo valor agregado, ou seja, a proposta do Novo Ensino Médio tende “a promover uma especialização precoce sob uma base (formação geral) precária/reduzida, em outros termos, apontam para uma formação unilateral radicalizada” (Taffarel; Beltrão, 2019, p. 110). Sendo assim, essa formação precária tende a contribuir como mais um obstáculo para jovens das classes trabalhadoras acessarem o Ensino Superior.

Outras análises são importantes quando consideramos essa faixa etária. Neste momento da vida é comum que os jovens indaguem sobre seu futuro, colocando em dúvida que rumo tomar, se já devem se inserir no mercado de trabalho ou continuar os estudos são perguntas cruciais, principalmente para jovens das camadas mais desfavorecidas da sociedade. Para Souza e Vazquez (2015), esses jovens possuem baixa expectativa de continuidade dos estudos e alta expectativa em relação ao ingresso no mercado de trabalho, uma vez que o trabalho se impõe como necessidade, o que impediria ou dificultaria a conclusão de um curso superior seja pela impossibilidade de conciliar trabalho e estudo ou dificuldades de ingresso na rede pública ou, ainda, para pagamento de mensalidades na rede particular. Desse modo, estaria nos planos da maioria desses jovens não o Ensino Superior, mas, sim, o ensino técnico ou até mesmo o abandono dos estudos.

Pesquisa realizada por Fagiani (2019) a partir de dados do INEP, no período 1990-2014, envolvendo a distribuição e a evolução das matrículas dos estudantes nas diferentes modalidades de ensino e da rede pública e privada, concluiu acerca da manutenção e reprodução da desigualdade social e econômica através do direcionamento do jovem trabalhador para os cursos profissionalizantes e, consequentemente, para formas de ocupação mais precarizadas no mercado de trabalho. Para o autor, as políticas educacionais de cunho neoliberal que marcam o período analisado aprofundam, sob novas bases, uma educação escolar dual para a manutenção da estrutura social classista profundamente desigual no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar constitui-se como instância formativa dos sujeitos sociais nas dimensões técnicas e culturais e não está apartada dos processos de reestruturação produtiva sob a égide do capital. Na era neoliberal e digital, uma nova profissionalidade docente para a educação básica vai sendo constituída. Compreender quem é e como é formado o profissional da docência para a educação básica, em particular no estado de Minas Gerais, no período 2011-2021 foi o objetivo central do artigo.

Em relação aos dados, pode-se concluir que o perfil dos ingressantes nos cursos de licenciatura de Minas Gerais são, na sua maioria, jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, mulheres, que se declaram como pardos e oriundos da educação básica pública. Estão matriculados, em ampla maioria, em cursos à distância (EAD) e em instituições de Ensino Superior particulares.

No comparativo entre os anos, observou-se pouca ou nenhuma inversão de dados ao longo do período utilizado como recorte nesse estudo, o que demonstra uma estabilidade em relação ao perfil dos que ingressam nesses cursos.

Chama a atenção nesse estudo a baixa procura por esses cursos, o que demonstra a pouca atratividade oferecida por eles. Esse é apenas um dos recortes que evidenciam a desvalorização da profissão

docente na educação básica, já tão precarizada em aspectos como remuneração, desvio de funções, jornadas de trabalho, processos de intensificação do trabalho com acúmulo de funções e relações laborais cada vez mais instáveis, sob contratos terceirizados e com redução de direitos.

O desafio que se propõe é pensar qual será o futuro dos cursos de licenciatura não só no estado de Minas Gerais, mas em todo o Brasil. Trata-se de uma importante área de formação que colocará no mercado de trabalho os responsáveis pela educação escolar de crianças e jovens, dos três aos dezessete anos e que estão majoritariamente matriculados na rede pública de ensino. Por isso a discussão dessa temática deve ser ampla e envolver não só a categoria profissional docente e o governo, mas também a sociedade em geral. A tão propagada valorização da profissão docente na educação básica não está dissociada dos marcadores sociais que estruturam a sociedade burguesa. Ao contrário, está interseccionada às dimensões de classe e gênero, raça/etnia, conforme pode-se inferir a partir dos dados da pesquisa.

Por fim, recomenda-se a ampliação desse estudo tanto no campo qualitativo, dando voz a esses sujeitos, quanto no campo quantitativo estendendo o estudo em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cibele Yahn de. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Revista Ensino Superior Unicamp*. n. 6, jul. 2012. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed06_julho2012/Cibele_Yahn.pdf Acesso em: 23 maio 2023.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 858-881, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/tttVNfkLTtGXpmb8JDFcdnD/?lang=pt#> Acesso em: 28 mar. 2024.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Mulheres e as carreiras de prestígio no ensino superior brasileiro: o não lugar feminino. In: ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (Org.). *Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?: implicações demográficas e questões sociais*. Belo Horizonte: ABEP, 2016, p. 81-94. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/issue/view/40> Acesso em: 02 maio 2023.

BACKES, Vanessa Ferreira; THOMAZ, Jean Rodrigo; SILVA, Fabiane Ferreira da. Mulheres docentes no ensino superior: problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, v. 9, n. 2, p. 166-181, 2016. Disponível em: <https://brajets.com/v3/index.php/brajets/article/view/354> Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à educação. *Revista Educação em Perspectiva*, v.8, n.3, p.380-397, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892> Acesso em: 06 maio 2023.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035> Acesso em: 02 maio 2023.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200010> Acesso em: 15 maio 2023.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. Ações afirmativas: políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior. *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, n. 33, p. 97-115, 2010. Disponível em: <https://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/361.pdf#page=86>. Acesso em: 16 maio 2023.

FAGIANI, Cílon César. *Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador para o século XXI?* Uberlândia: Navegando, 2019.

FERREIRA, Nathalia Bezerra da S. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SETE SABERES NECESSÁRIO À EDUCAÇÃO, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Universidade Católica de Brasília e Universidade Estadual do Ceará, 2010. Disponível em: <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/806>. Acesso em: 24 maio 2023.

FERREIRA, Rafaela Maria e Silva; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; VANNUCHI, Maria Lúcia. Gênero nas representações sociais de estudantes de pedagogia sobre identidade profissional e trabalho pedagógico. *Caderno Espaço Feminino*, v.35, n.1, p.221-246, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/CEF-v35n1-2022-12> Acesso em: 12 jun. 2022.

FLONTINO, Sandra Regina Dantas. Conhecimento e inclusão social profissão para homem? *A escolha feminina por cursos de recrutamento majoritariamente masculino na UFMG*. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ARRHWD>. Acesso em: 10 jun. 2023.

GATTI, Bernardete Angelina. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. *Educar em Revista*, n. 50, p. 51-67, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a05.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GATTI, Bernardete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. *Revista USP*, n. 100, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46> Acesso em: 02 maio 2023.

GATTI, Bernardete Angelina *et al.* *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2019.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. A classe trabalhadora vai a universidade: análise das implicações político-pedagógicas a partir dos dados do departamento de geografia. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*, v. 13, n. 20, p. 209-235, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/RA2017.1320.0010> Acesso em: 15 jun. 2023.

GOMES, Sandra. Padrões partidários das mudanças e continuidades na educação superior no Brasil: elitização versus massificação do acesso. In: 46. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2022, Campinas. Anais. Campinas: UNICAMP, 2022. p. 1-29. Disponível em: file:///C:/Users/maluf/Downloads/Paper%20ST%2022%20SGomes%20Anpocs%202022_Enviado.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

HILL, Christopher. *O século das revoluções: 1603-1714*. São Paulo: UNESP, 2012.

HYPOLITO, Álvaro Luiz M. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. *Cadernos Cedes*, v. 35, n. 97, p. 517-534, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/MBxtWzyDKPxxw8N3LL9f74pM/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar*. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior> Acesso em: 10 dez. 2022.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira Docente e Valorização do Magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. *Pro-Posições*, n. 27, n. 2, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0022> Acesso em: 14 abr. 2022.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

MACIEL, Rosana Mendes; PREVITALI, Fabiane Santana. Impacto das Políticas Públicas do Trabalhador da Educação na Rede Estadual de Ensino de Patos de Minas/MG em 2011. *Revista Labor*. v. 1, n. 6. p. 326-343, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i6.9305> Acesso em: 20 de jan. 2022.

MATTA, Ludmila Gonçalves. Por que o Brasil precisa das cotas? Uma análise do ingresso de estudantes cotistas na Universidade Estadual do Norte Fluminense/UENF. *Vértices*, v. 16, n. 2, p. 169-187, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20140025>. Acesso em: 02 jul. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.

MORAES, Haroldo Barros; ARAÚJO, José Carlos Sousa. Cursos de licenciatura na modalidade da EAD nas IES públicas e privadas (2015-2019): número de matrículas e de polos. *Revista Profissão Docente*, v. 21, n. 46, p. 01-13, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31496/rpd.v21i46.1417> Acesso em: 10 jun. 2023.

NASCIMENTO, Antônio Dias. HETKOWSKI, Tânia Maria. *Memória e formação de professores*. Salvador: EDUFBA, 2007.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vítório. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *Revista Katálisis*, v. 19, n. 1, p. 22-32, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.00100003> Acesso em: 02 maio 2023.

NONATO, Bréscia França. *Lei de cotas e SisU: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às instituições federais*. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B5TGB6>. Acesso em: 02 maio 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da Nova Gestão Pública na América Latina. *Revista da FAEBA*, v. 27, n. 53, p. 43-59, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21879/faeoba2358-0194.2018.v27.n53.p43-59> Acesso em: 20 fev. 2023.

OLIVEIRA, Maura Ferreira Santos. *Trabalho e educação: a participação das mulheres negras nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia a partir da Lei de Cotas nº 12.711/2012*. Dissertação (Mestrado em Educação), Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2495>. Acesso em: 10 fev. 2022.

- PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Trabalho Precário e Precarização Docente na Educação Básica no Brasil na Atual Fase da Acumulação do Capital. *Revista Eletrônica da Divisão de Formação Docente*, v.5, n. 2, 2. 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/diversapratice/article/view/51352/27281> Acesso em: 10 jul. 2023.
- PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Trabalho Digital e Educação no Brasil. In: Ricardo Antunes (Org). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, v. 1, p. 217-236.
- PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. A Educação Básica sob a Pandemia COVID-19 no Brasil e a Educação que convém ao Capital. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 6, n. 11, p. 499-518, 2021. Disponível em: <https://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/article/view/907> Acesso em: 10 jan. 2022.
- SANTOS, Catarina de Almeida. Educação Superior a Distância no Brasil: democratização da oferta ou expansão do mercado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 34, n. 1, p. 167-188, 2018. <https://doi.org/10.21573/vol34n12018.82470> Acesso em: 02 maio 2023.
- SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. v.12, n. 34, p. 152-180, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf>Acesso em: 08 fev. 2022.
- SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*. v.14, n. 40, p. 143-155, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012> Acesso em: 08 fev. 2022.
- SAVIANI, Demerval. Entrevista. [Entrevista concedida a Neide da Silveira Duarte de Matos]. *Psicologia escolar e educacional*. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 613-620, dez. 2015.
- SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 112, p. 981-1000, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000300017> Acesso em: 10 jun. 2023.
- SENKEVICS, Adriano Souza. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844182839> Acesso em: 28 mar. 2024.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis; LUCENA, Carlos; FERREIRA, Luciana Rodrigues. As relações entre o ensino médio e a educação superior no Brasil: profissionalização e privatização. *Educação e Sociedade*, v. 32, n. 116, p. 839-856, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000300012> Acesso em: 02 maio 2023.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.
- SOBRINHO, Djamiro Ferreira Acipreste; NASCIMENTO, Emanuelle Lourenço do; SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha. As desregulamentações no período Temer/Bolsonaro na modalidade EaD e bacharelado em Direito. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 12, n. 2, p. 795-814, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n2a2023-69408> Acesso em: 10 jun. 2023.
- SOTERO, Ana Paula da Silva; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza. Racismo estrutural e seus efeitos necropolíticos no ensino superior: a aplicação da justiça restaurativa como instrumento de

efetividade da educação igualitária e da justiça sociorracial. *Dialogia*, n. 38, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/38.2021.20454> Acesso em: 10 jun. 2023.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu; VAZQUEZ, Daniel Arias. Expectativas de jovens do ensino médio público em relação ao estudo e ao trabalho. *Educação e Pesquisa*, n. 41, v.2, p. 409-426, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015041789> Acesso em: 02 maio 2023.

SOUZA, Lorena; PASSOS, Luana; FERREIRA, Rosilda. Segregação no ensino superior no Brasil: um estudo do perfil de estudantes ingressos em cursos de elite e cursos de licenciatura. In: 9ª JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019, São Luís. Anais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_253_2535c86689cbc317.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; BELTRÃO, José Arlen. Destrução de forças produtivas e o rebaixamento da formação da classe trabalhadora: o caso da reforma e da BNCC do ensino médio. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 11, n. 1, p. 103-115, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i1.32000> Acesso em: 02 maio 2023.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R.; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 140, p. 445-477, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200008> Acesso em: 03 jul. 2023

TERRIBILI FILHO, Armando. Ensino superior noturno no Brasil: história, atores e políticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 25, n. 1, p. 61-81, 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19327> Acesso em: 10 jun. 2023.

Submetido: 21/06/2022

Preprint: 10/10/2023

Aprovado: 31/01/2024

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Autora 1 - Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto

Autora 2 - Orientadora do projeto, participação na análise dos dados, escrita do texto e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

FINANCIAMENTO

Pesquisa realizada com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/Brasil.